



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680364 - SC (2021/0220295-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ADEMIR COSTA DE BORBA
ADVOGADO : ADEMIR COSTA DE BORBA - SC025093
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : BRUNO ROBERTO GIACOMELLI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO ROBERTO GIACOMELLI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Processo n. 5029932-70.2021.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo sido sua prisão convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não ficou provado o envolvimento direto ou a participação do acusado na prática delitiva. Alega inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas. Aduz falta dos requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal que autorizam a prisão cautelar e o risco de contaminação do custodiado pelo novo coronavírus (covid-19).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente com ou sem aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

Na hipótese, o presente *writ* não merece prosperar, por inexistir documento que demonstre a real situação do ora paciente, pois o impetrante juntou aos autos apenas a ementa de um acórdão proferido pelo Tribunal de origem, sem precisa indicação da

motivação da ilegalidade que justifique o deferimento da medida .

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente